

Percepção das comunidades locais sobre a educação formal de meninas e a desistência escolar nos povoados de Ntoto e Colongo na província de Niassa em Moçambique

Perception of local communities on girls' formal education and school dropout in the villages of Ntoto and Colongo in Niassa province in Mozambique

Damasco Rocha Mateus Chalenga¹; Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse¹

¹Universidade Rovuma, Lichinga, Moçambique

E-mail: damascomateus@gmail.com; hilariolaisse@gmail.com

RESUMO: O presente estudo visa compreender a percepção das comunidades locais na educação formal das meninas e a desistência escolar nos povoados de Ntoto e Colongo, na província de Niassa, em Moçambique. De forma específica, procura-se explicar a percepção dos pais encarregados de educação em relação a importância de formação das meninas, caracterizar os procedimentos de acesso de meninas a educação formal e sua correlação com o fenómeno da desistência. O estudo envolveu uma amostra de 50 famílias, sendo 20 do povoado de Ntoto e 30 de Colongo. Para a coleta de dados foram administrados inquéritos, entrevistas abertas e análise documental em diferentes ocasiões e a grupos distintos. Os resultados da pesquisa indicam que as meninas matriculam-se tardiamente na escola; percorrem longas distâncias para ter acesso a uma escola e ajudam as diferentes atividades domésticas. Observa-se também a falta de condições econômicas dos pais para sustentar os estudos. Esses fatores contribuem para o absentismo e a desistência escolar nos povoados estudados.

Palavras-chave: Educação da menina, percepção dos pais, desistência escolar.

ABSTRAT: The present study aims to understand the perception of local communities in the formal education of the girl and school dropout in the villages of Ntoto and Colongo, in the province of Niassa, in Mozambique. Specifically, it seeks to explain the perception of the parents in charge of education regarding the importance of the girl's education, to characterize the girl's access procedures to formal education and their correlation with the phenomenon of withdrawal. The study involved a sample of 50 families, 20 of the village of Ntoto and 30 of Colongo. For the data collection, surveys, open interviews and documentary analysis were administered on different occasions and to different groups. Our results indicate that girls are late enrolled in school, travel long distances to access a school and help with different household activities. The lack of economic conditions of the parents to support the studies is also observed. These factors contribute to absenteeism and school dropout in the villages studied.

Keywords: Education of the girl, parental perception, school dropout.

Introdução

Os povoados de Ntoto e Colongo estão localizados na cidade de Lichinga e no distrito de Chimbonila respectivamente, na província de Niassa, Norte de Moçambique. Esses povoados apresentam características tipicamente rurais, sendo que a maior parte das atividades sócio-econômicas desenvolvidas pelas comunidades enquadram-se no setor primário que incluem a agricultura e a pecuária. As comunidades cultivam basicamente o milho e o feijão, e criam o gado bovino e caprino.

Com uma rede escolar fraca, o povoado de Ntoto possui apenas uma escola primária que leciona de 1ª a 5ª classe com apenas duas salas de aulas. Várias crianças permanecem sem vaga por longos períodos e outras percorrem longas distâncias para ter acesso a outras escolas. As que concluem a 5ª classe e pretendem ingressar nos níveis subsequentes percorrem entre 6 e 10 km para terem acesso a escola mais próxima. Por seu turno, o povoado de Colongo possui uma escola primária completa (1ª a 7ª classe) e a escola secundária encontra-se há aproximadamente 4 km.

Políticas de educação em Moçambique

A Lei que trata sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE) (República de Moçambique), apresenta as linhas gerais em relação as linhas mestras do funcionamento da educação como sistema. A seguir fazemos uma breve menção de alguns artigos desse instrumento:

Artigo 3 - objetivos gerais

1. Erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo o povo o acesso ao conhecimento científico e o desenvolvimento pleno das suas capacidades;
2. Garantir o ensino básico a todos os cidadãos de acordo com o desenvolvimento do país através de introdução progressiva da escolaridade obrigatória;
3. Assegurar a todos moçambicanos o acesso a formação profissional;
4. Formar cidadãos com sólida preparação científica, técnica, cultural e física e uma elevada educação moral e cívica e patriótica;
5. Formar o professor como educador e profissional consciente com profunda preparação científica e pedagógica, capaz de educar os jovens e adultos;
6. Formar cientistas e especialistas devidamente qualificados que permitam o desenvolvimento da produção e da investigação científica;
7. Desenvolver a sensibilidade estética e capacidade artística das crianças, jovens e adultos, educando-os no amor pelas artes e no gosto pelo belo.

Artigo 5 - idade escolar

1. As crianças moçambicanas que completam 6 anos de idade serão matriculadas na 1ª classe.
2. São estabelecidas e desenvolvidas atividades e medidas de apoio e complementos educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.
3. Os pais, a família, os órgãos locais do poder e as instituições económicas e sociais contribuem para o sucesso da escolaridade obrigatória promovendo a inscrição das crianças em idade escolar, apoiando-as nos estudos, evitando as desistências particularmente antes de completar as sete classes do ensino primário.
4. O Conselho de Ministros determina o ritmo de implementação da escolaridade obrigatória de acordo com o desenvolvimento sócio-económico do país.

O Art. 6 sobre estrutura geral do Sistema Nacional de Educação estratifica em ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extra-escolar.

Artigo 8 - ensino escolar

1. O ensino escolar compreende: ensino geral; ensino técnico-profissional e ensino superior.

Artigo 9 - caracterização do ensino escolar

1. O ensino geral é eixo central do Sistema Nacional de Educação e confere a formação integral e politécnica.

2. Os níveis e conteúdos deste ensino constituem ponto de referência para todo o Sistema Nacional de Educação.
3. O ensino geral compreende dois níveis: primário e secundário.
4. O ensino geral é frequentado em princípio, a partir do ano letivo em que completam 6 anos.

Artigo 10 - objetivos do ensino geral

1. Proporcionar o acesso ao ensino de base aos cidadãos moçambicanos, contribuindo para garantir a igualdade de oportunidade de acesso a uma profissão e aos sucessivos níveis de ensino.
2. Dar uma formação integral ao cidadão para que adquira e desenvolva conhecimentos e capacidades intelectuais, físicas, e na aquisição de uma educação politécnica, estética e ética.
3. Dar uma formação que corresponda às necessidades materiais e culturais do desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente:
 - a) Conferindo ao cidadão conhecimentos e desenvolvendo nele capacidades, hábitos e atitudes necessárias à compreensão e participação na transformação da sociedade;
 - b) Preparando o cidadão para o estudo e trabalho independentes, desenvolvendo as suas capacidades de inovar e pensar com lógica e rigor científicos;
 - c) Desenvolvendo uma orientação vocacional que permita a harmonização entre as necessidades do país e as aptidões de cada um.
 - d) Detectar e incentivar aptidões, habilidades e capacidades especiais nomeadamente intelectuais, técnicas, artísticas, desportivas e outras.

Artigo 11 - ensino primário

1. O ensino primário prepara os alunos o acesso ao ensino secundário e compreende as sete primeiras classes, subdivididas e dois graus: 1º Grau, da 1ª à 5ª classes; 2º Grau, 6ª à 7ª classes.
2. Os objetivos deste nível visam proporcionar uma educação básica nas áreas de comunicação, das ciências matemáticas, das ciências naturais e sociais, e da educação física, estética e cultural; transmitir conhecimentos de técnicas básicas e desenvolver aptidões de trabalho manual, atitudes e convicções que proporcione o ingresso na vida produtiva e; proporcionar uma formação básica da personalidade.

Fatores da desigualdade de gênero

Estudos realizados identificam vários constrangimentos ou barreiras à educação de meninas e muitos deles atuam de forma interligada acentuando ainda mais os seus efeitos de meninas. Para esta pesquisa, esses constrangimentos serão analisados com base num estudo realizado pelo MINEDH (2016), em que sustenta que as disparidades de gênero na educação são explicadas por fatores de procura e de oferta. Importa salientar que todos os fatores são de extrema importância para compreender a situação de gênero em Moçambique de forma integral, mas neste estudo propõe-se aqueles que estão intimamente ligados a comunidade, os fatores de procura.

Fatores da procura

São todos aqueles que influenciam a educação das meninas e que resultam da combinação de estruturas económicas e socioculturais onde se destaca a pobreza e as percepções sobre o papel da educação. Eis a seguir detalhes de alguns deles:

Pobreza que afeta 54% da população moçambicana - Os custos diretos e indiretos tornam-se barreiras importantes à educação, sobretudo nos níveis pós-primário. A incidência da pobreza é maior na população feminina. As meninas pobres e rurais têm poucas possibilidades de ir à escola, permanecer lá, concluir com sucesso e ganhar experiência escolar. Elas desistem para arranjar

alternativas de sobrevivência, podendo optar por casamentos prematuros, prostituição, correndo sérios riscos de contrair gravidez indesejada e doenças de transmissão sexual incluindo o HIV/SIDA. Nas zonas rurais, a produção de subsistência é a dominante e o pouco excedente que se produz não tem mercado para a sua venda, impossibilitando os pais de custearem a educação dos seus filhos e filhas. Apesar de se ter instituído o subsídio para as famílias pobres mediante a apresentação do atestado de pobreza, na prática, este documento não é de fácil aquisição, chegando, por vezes, a custar mais do que as taxas escolares, o que não beneficia as famílias mais pobres a quem se destina.

A fraca percepção dos benefícios da educação coloca os pais na incerteza sobre o que esperam da educação dos seus filhos, fazendo com que invistam os poucos recursos que têm na educação dos rapazes, mesmo sem esperar resultado certo, visto que a percepção e expectativa que os pais e a sociedade têm em relação às meninas, a quem lhe é atribuído o papel de cuidar da família e das tarefas domésticas, provisão da subsistência da família, constituir família e subordinar-se ao homem. Portanto, devido aos papéis e responsabilidades diferentes atribuídas ao homem e a mulher, os pais não consideram importante as meninas irem a escola. No caso de mulheres adultas, as relações desiguais de gênero no agregado familiar afetam o acesso, retenção e conclusão. A falta de emprego aliada à fraca qualidade da educação também influencia na decisão dos pais, optando por não enviar as suas filhas à escola. Estes fatores quando aliados ao analfabetismo, particularmente nas zonas rurais onde é bastante elevado, não há confiança na escola e se investe menos nas meninas. Muitas vezes, os pais dão prioridade a outras atividades envolvendo as crianças durante o período letivo sem se importarem do impacto no rendimento escolar das mesmas.

Sobrecarga de trabalho: por tradição, os trabalhos domésticos na família são atribuídos às meninas que são considerados parte da educação e introdução à vida adulta. A sobrecarga de trabalho implica o dispêndio de tempo e energia, não restando tempo para o repouso, revisão da matéria, resolução dos trabalhos marcados para casa, originando atrasos à escola, fraca concentração nas aulas e, conseqüentemente, fraco rendimento escolar, reprovação ou mesmo a desistência. Para o caso de estudantes adultas, a sobrecarga de trabalho derivada dos papéis produtivo, reprodutivo e de gestão comunitária socialmente atribuídos, aliada à fraca participação do homem nas tarefas e responsabilidades domésticas, interfere negativamente e enfraquece o rendimento escolar das mulheres, originando um acentuado absentismo, podendo culminar na desistência.

Ritos de iniciação através dos quais as crianças aprendem sobre a sexualidade, respeito pelos adultos, ensinamentos para ser boa esposa e dona de casa. Os jovens e as jovens adquirem o estatuto de adultos passando a escola a ser para as crianças. O processo leva, pelo menos, 3 meses, obrigando os jovens de ambos os sexos a faltarem às aulas e até a desistirem da escola.

Casamentos e gravidez prematuros ocorrem com frequência no país e podem estar ligados à pobreza. Estas práticas constituem, muitas vezes, estratégias de sobrevivência por parte da família ou por interesse da própria menina e, outras vezes, por desconhecimento dos métodos contraceptivos ou por exigência do parceiro, muitas vezes, já casado e muito mais velho. As meninas envolvidas acabam por desistir da escola. Um estudo feito em 2008 constatou que 17% de meninas constitui família antes de 15 anos de idade (MICS, 2008). O mesmo estudo verificou também que 52% das meninas casam-se antes dos 18 anos de idade.

O Lobolo é outro fator que consiste numa cerimônia tradicional que envolve a entrega, por parte da família do noivo, de bens materiais e ou monetários à família da noiva para simbolizar a

união. Este ato representa a transferência da menina para a família do noivo. Ao longo dos tempos, o lobolo foi ganhando outros contornos, chegando a assumir contornos de uma espécie de negócio. Devido à pobreza, muitos pais vêm no lobolo uma fonte de riqueza, passando a cobrir todas as despesas e encargos desde o seu nascimento. Para tal, retiram as suas filhas da escola para evitar que fiquem grávidas como garantia de um valor mais alto do lobolo.

A modernidade e a vida fácil, principalmente nas zonas urbanas e peri-urbanas, as jovens e os jovens aspiram coisas da moda que só podem ser alcançadas por quem tem poder de compra. Procuram a todo custo um novo estilo de vida enveredando pela prostituição, negócios ilícitos, vícios, perdendo assim o interesse pela escola, começando por faltar às aulas e acabando por desistir. Esta situação agrava-se mais nas meninas, pois algumas delas acabam por engravidar sem condições de sobrevivência.

Estratégias de acesso à educação das crianças, em particular do sexo feminino

Existem estudos que colocam as meninas com papel de destaque no acesso a educação, pelo fato da desigualdade de gênero que se verifica, daí que foram desenhadas diferentes estratégias para reduzir esse fosso. Para uma melhor compreensão pode-se, com base na *Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique - 2016-2019*, ilustrar algumas estratégias-chave que podem influenciar no acesso a educação das crianças, principalmente as do sexo feminino:

Comunicação e mobilização social: O envolvimento das matronas e mestres dos ritos de iniciação, líderes religiosos, fazedores de opinião, ativistas e outros é importante para influenciar a alteração de comportamentos em relação às crianças, especificamente as do sexo feminino, e, em relação ao casamento prematuro. O seu engajamento na mudança de atitude em relação às crianças é fundamental para o sucesso da presente estratégia. O acesso à informação e aos meios de comunicação têm impacto positivo na mudança de normas sociais. A divulgação de mensagens através da rádio, televisão, jornais, revistas e telemóveis como meios de divulgação de informação influencia a adoção de comportamentos positivos em relação às crianças.

Acesso à Educação de qualidade e retenção: O Governo de Moçambique está a implementar políticas no setor de Educação e Desenvolvimento Humano, as quais visam aumentar a participação da Criança do sexo feminino na escola, com destaque para a abolição da taxa de matrícula no ensino básico e aumento do número de salas de aulas, entre outras medidas que resultam no aumento do acesso das crianças, especialmente do sexo feminino, à educação contudo, prevalece o desafio para assegurar a retenção das meninas na escola. O empoderamento e a educação das crianças do sexo feminino têm como consequências positivas a melhoria da saúde materna, a redução da mortalidade infantil, o aumento dos níveis de nutrição familiar e o crescimento da força de trabalho e a oportunidade de crescimento económico. As crianças do sexo feminino mais capacitadas podem aspirar a uma vida profissional e à independência como alternativa ao casamento.

Empoderamento das crianças do sexo feminino: Os determinantes económicos associados às normas sociais, desigualdade, exclusão, marginalização e insegurança, contribuem para a prevalência da prática dos casamentos prematuros. Fatores culturais relacionados com os ritos de iniciação são igualmente apresentados como um fator associado aos casamentos prematuros. Muitas crianças do sexo feminino são vítimas de abuso sexual ou violência e não denunciam o infrator às autoridades devido ao estigma que esses crimes trazem à própria vítima. A maioria das famílias

prefere resolver os casos de abuso sexual fora dos tribunais, por via de indenização ou casamento. As crianças, especialmente as crianças do sexo feminino e seus/suas encarregados/as de educação, precisam ter instrumentos e poderes para quebrar o silêncio e denunciar às autoridades locais os casos de abuso e violência doméstica, incluindo os casamentos prematuros. Melhorar o nível escolar, adquirir qualificações profissionais e ter acesso ao crédito, são formas de empoderar as crianças do sexo feminino.

Saúde Sexual e Reprodutiva: Ao casar precocemente, a criança do sexo feminino abandona a escola e passa a assumir o papel de mulher e esposa sendo forçada a manter relações sexuais com um homem, geralmente mais velho, não escolhido por ela. A violência praticada contra a criança atenta contra a sua dignidade, liberdade e desenvolvimento e influencia negativamente, a sua personalidade e o seu futuro. As crianças do sexo feminino, nos casamentos prematuros, dependem economicamente dos maridos e não têm formação profissional de qualquer tipo. Esta situação faz com que as crianças do sexo feminino sejam expostas a muitos riscos tais como o abuso sexual, violência doméstica, gravidez precoce, risco de mortalidade materno-infantil e de fístula obstétrica que podem ter efeitos devastadores na sua saúde e desenvolvimento futuro, pelo fato de o seu sistema reprodutivo não estar totalmente formado, bem assim à falta de informação e de assistência médica.

Mitigação/resposta e Recuperação: Em Moçambique, o casamento antes dos 16 anos é ilegal, sob qualquer circunstância. Nos termos da Lei de Família de 2004, a idade legal para o casamento, sem consentimento parental passou dos 16 para os 18 anos. A idade mínima para que um casamento se possa realizar, com o consentimento parental, foi aumentada dos 14 para os 16 anos, abrindo assim a possibilidade de realizar o casamento de uma menina entre os 16 e 18 anos de idade sem que se verifique o seu consentimento.

Resultados e discussões

Idade de entrada da menina na escola

Das 50 famílias entrevistadas em relação a idade de entrada na escola para formação dos seus filhos, 15 famílias correspondente a 30% responderam que matriculam na 1ª classe as meninas com idades que variam entre 6 a 8 anos. As outras 35 famílias equivalentes a 70% disseram que matriculam os seus filhos com idades que variam entre 7 a 9 anos.

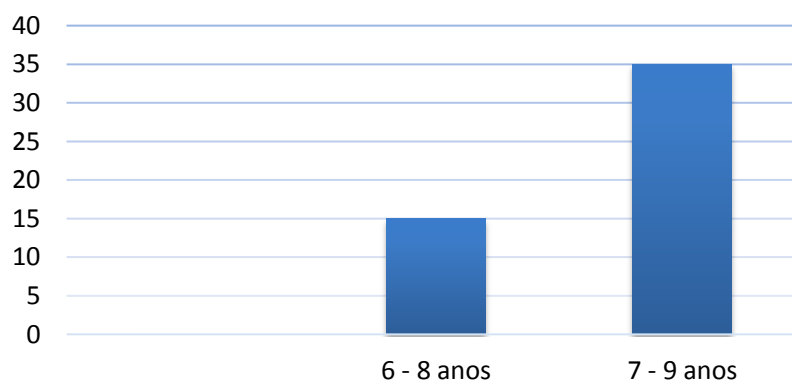


Figura 1: Idade de entrada das meninas na escola. Fonte: produção dos autores.

Estes dados mostram que a maior parte das famílias desconhece a idade em que a criança deve entrar na escola. De acordo com a lei do SNE, no seu Art. 9 do nº 4, o ensino geral é frequentado em princípio, a partir do ano letivo em que completam 6 anos.

Esta situação faz com que a maior parte as crianças concluam a 5ª classe com idades que variam entre 10 - 13 anos e a 7ª classe entre 12 - 15 anos. Isto pode ter impactos negativos na menina ao se observar as práticas rotineiras dos pais em relação às atividades de sobrevivência.

Percepção dos pais encarregados de educação sobre a importância da formação das meninas

Os resultados na Figura 2 reflete a percepção das comunidades em relação às motivações da desistência escolar das suas filhas. A maior parte das meninas que abandonaram a escola deveu-se grandemente por terem sido engravidadas. Trata-se de gravidezes não consentidas pelos encarregados de educação. Ainda de acordo com os pais, elas engravidaram fora da escola. Os fatores difusos de desistência escolar levantados pelas famílias prendem-se com a falta de condições sócio-econômicas dos pais para responder as questões básicas com material escolar; apoio nas atividades domésticas, bem como longas distâncias para ter acesso a escola.

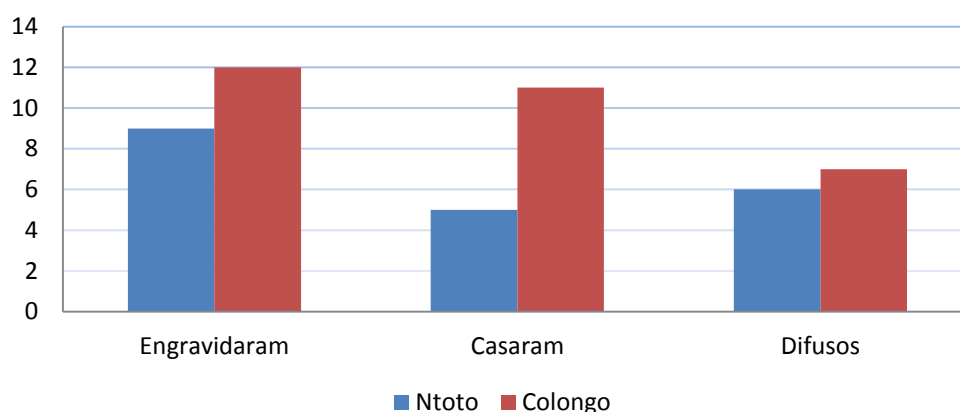


Figura 2: Representação dos fatores que concorrem para a desistência das crianças do sexo feminino nos povoados de Ntoto e Colongo. Fonte: produção dos autores.

De acordo com MINEDH (2016), a fraca percepção dos benefícios da educação, sobrecarga de trabalho, ritos de iniciação, casamentos e gravidez prematuros, constituem fatores importantes que explicam essas situações adversas à formação das meninas. Mas para este estudo, os fatores mais importantes estão às gravidezes indesejadas e os casamentos premeditados. Os casamentos e gravidez prematuros ocorrem com frequência no país e podem estar ligados a vários fatores que o estudo aponta, verificou também que 52% de meninas casam-se antes dos 18 anos de idade por causa da exigência da família ou por interesse da própria menina e, outras vezes, por desconhecimento dos métodos contraceptivos ou por exigência do parceiro, muitas vezes, já casado e muito mais velho. As meninas envolvidas acabam por desistir da escola. Um estudo feito em 2008 constatou que 17% das meninas constitui família antes de 15 anos de idade (MICS, 2008).

Existem mais famílias que desconhecem a importância dos benefícios de formação das meninas nos dois povoados daí que não apostam bastante nelas. Durante o levantamento dos dados nesses povoados, percebeu-se que a desistência escolar também se relaciona ao desconhecimento dos pais em relação aos benefícios de educação da menina, por questões culturais, bem como a falta de referência de meninas que tenham tido oportunidades de emprego por elas terem estudado. Na Figura 3 pode-se observar essa tendência nas duas comunidades.

Segundo a ONU (2010), as crianças não vão à escola por diversas razões, nomeadamente o custo que isso representa. As barreiras sociais e culturais à educação também são frequentes. Em muitos países, considera-se que educar as meninas tem menos valor do que educar os rapazes. O MINEDH (2016) justifica que a fraca percepção dos benefícios da educação das meninas coloca os pais na incerteza sobre o que esperam da educação dos seus filhos, fazendo com que invistam os poucos recursos que têm na educação dos rapazes, mesmo sem esperar resultado certo, visto que a percepção e expectativa que os pais e a sociedade têm em relação às meninas, a quem lhe é atribuído o papel de cuidar da família e das tarefas domésticas, provisão da subsistência da família, constituir família e subordinar-se ao homem. Portanto, devido aos papéis e responsabilidades diferentes atribuídas ao homem e a mulher, os pais não vêm qual é a importância da menina ir à escola.

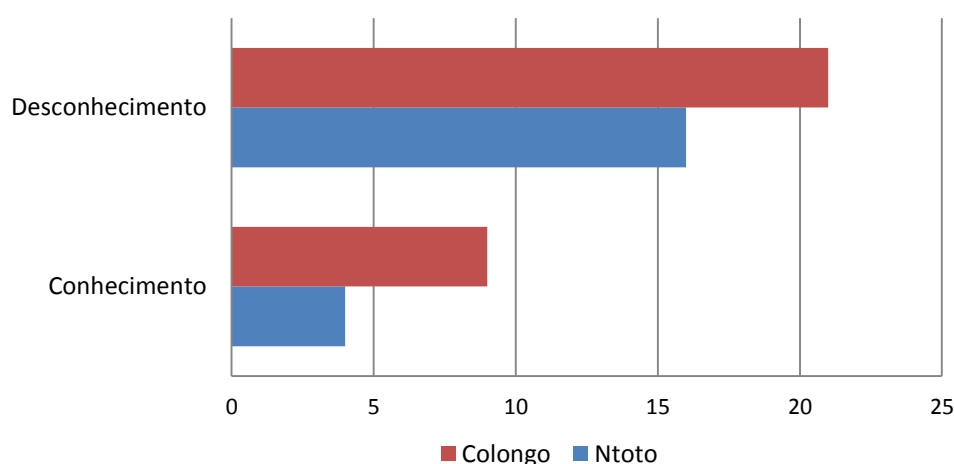


Figura 3: Percepção dos pais sobre os benefícios de formação das meninas. Fonte: produção dos autores.

Nessa ordem de ideia, Dolors (2012) reforça enfatizando que as relações das famílias com o sistema educativo são, muitas vezes, consideradas como relações de antagonismo por duas razões: a primeira verifica-se em alguns países em desenvolvimento em que os saberes transmitidos pela escola podem opor-se aos valores tradicionais da família; a segunda acontece também de as famílias mais desfavorecidas que muitas vezes encaram a instituição escolar como um mundo estranho, do qual não compreendem nem os códigos e nem as práticas.

Desistência escolar de meninas

Sobre a desistência escolar das meninas baseamo-nos na Escola Primária de Ntoto (EPN) e Escola Secundária Armando Emílio Guebuza (ESAEG), os dados indicam maior variação da desistência de estudantes de sexo feminino, tal como representado nas figuras 4 e 5.

Na Escola Primária de Ntoto notamos que no ano letivo de 2013 foram inscritos 156 estudantes do sexo Feminino num universo de 269 inscritos, destes, 72 alunos desistiram o que representa uma percentagem de 28 % dos inscritos e 63 dos desistentes foram de sexo feminino o que corresponde a 88% do universo dos desistentes. Para a Escola Armando Emílio Guebuza no mesmo ano foram inscritos 441 alunos destes 145 de sexo feminino, tendo desistido 7 alunos, deste 6 de sexo feminino o que corresponde a 86% dos desistentes. A linha exponencial indica maior gravidade na primeira escola.

Percepção das comunidades locais sobre a educação formal de meninas e a desistência escolar nos povoados de Ntoto e Colongo na província de Niassa em Moçambique

Damasco Rocha Mateus Chalenga; Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse

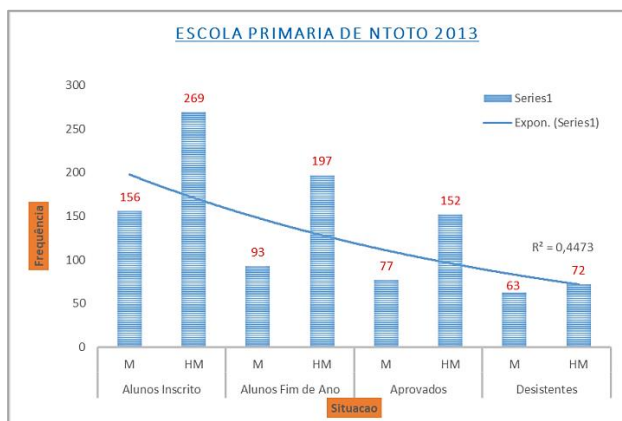


Figura 4: Estatística dos Alunos na EPN 2013. Fonte: produção dos autores.



Figura 5: Estatística dos Alunos na ESAEG 2013. Fonte: produção dos autores.

Em 2014 a Escola Primária de Ntoto teve um universo de 273 inscritos, do qual 155 de sexo feminino, tendo-se registado um total de 12 desistentes, dos quais 9 de sexo feminino, o que corresponde a 75% dos desistentes.

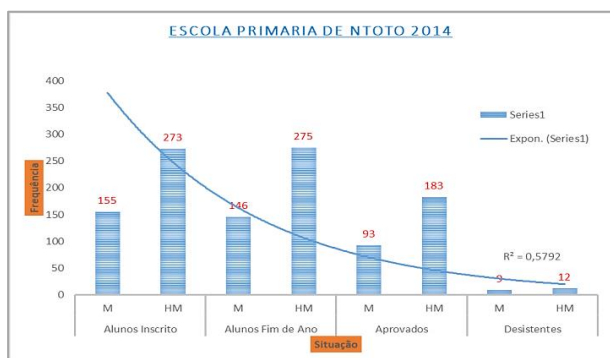


Figura 6: Estatística dos Alunos na EPN 2014. Fonte: produção dos autores.



Figura 7: Estatística dos Alunos na ESAEG 2014. Fonte: produção dos autores.

No mesmo ano na Escola AEG foram inscritos 503 estudantes, dos quais 178 de sexo feminino e desistiram, um total de 158, dos quais 61 alunas de sexo feminino o que representa 39% dos desistentes; tal como indicam as linhas exponenciais nas figuras anteriores, a Escola AEG em 2014 registou maior índice de desistência com uma ligeira diferença de estudantes do sexo Feminino.

Os dados de 2015 na EPN indicaram 316 inscritos, dos quais 161 alunas de sexo feminino, tendo 74 desistentes, dos quais 44 alunas, correspondente a 59% do universo dos desistentes; Em contrapartida a Escola AEG teve 516 inscritos, tendo registado 57 desistências sendo 27 de sexo Feminino, o correspondente a 47%; uma vez mais, a função exponencial indica maior gravidade na EPN com um coeficiente de determinação de 0.4 (Figuras 10 e 11).

Percepção das comunidades locais sobre a educação formal de meninas e a desistência escolar nos povoados de Ntoto e Colongo na província de Niassa em Moçambique

Damasco Rocha Mateus Chalenga; Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse

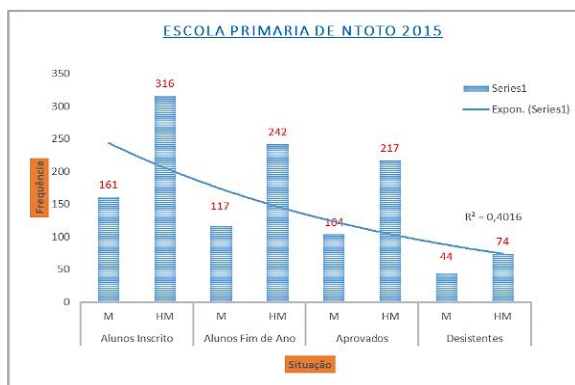


Figura 8: Estatística dos Alunos na EPN 2015. Fonte: produção dos autores.

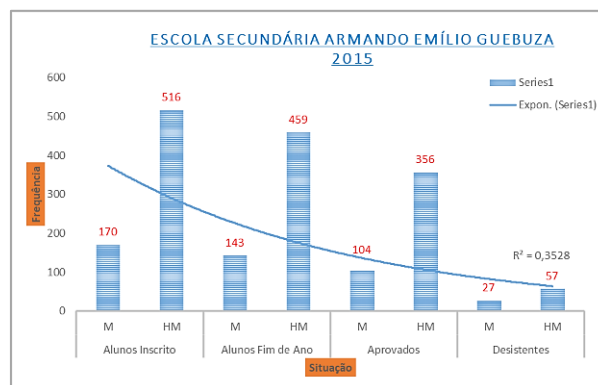


Figura 9: Estatística dos Alunos na ESAEG 2015. Fonte: produção dos autores.

A estatística de 2016 na EPN indica 321 alunos inscritos, dos quais 166 de sexo feminino, tendo registado um total de 74 desistentes, sendo 58 de sexo feminino correspondente a 78% dos desistentes.

Para a Escola AEG os dados indicam 536 inscritos sendo 243 de sexo feminino, com um registo de 56 desistências sendo 53 de sexo feminino, equivalente a 95% dos desistentes. A função exponencial indica uma semelhança da declive como ilustração da gravidade entre elas.

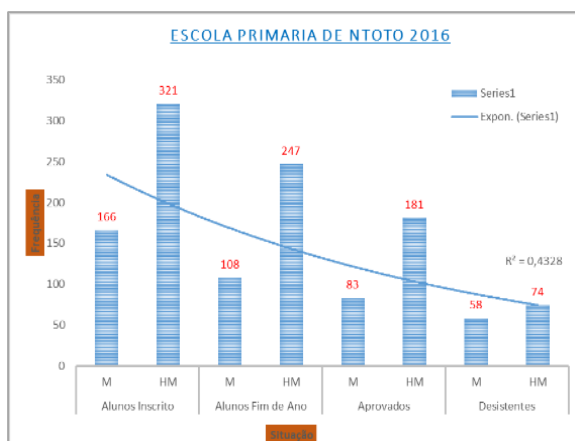


Figura 10: Estatística dos Alunos na EPN 2016. Fonte: produção dos autores.

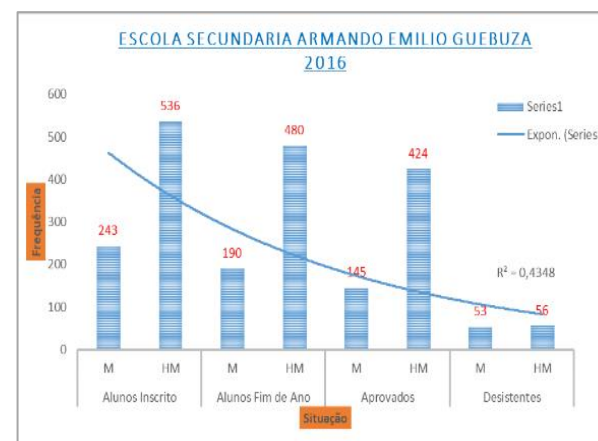


Figura 11: Estatística dos Alunos na ESAEG 2016. Fonte: produção dos autores.

A estatística de 2017 na EPN indica 289 inscritos sendo 146 de sexo feminino, com um universo de 67 desistentes dos quais 30 de sexo feminino, representando 45% dos desistentes. A Escola AEG registou 503 inscritos sendo 191 de sexo feminino, com um universo de 111 desistentes dos quais 73 de sexo feminino correspondente a 66% do universo dos desistentes.

Percepção das comunidades locais sobre a educação formal de meninas e a desistência escolar nos povoados de Ntoto e Colongo na província de Niassa em Moçambique

Damasco Rocha Mateus Chalenga; Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse



Figura 12: Estatística dos Alunos na EPN 2017. Fonte: produção dos autores.



Figura 13: Estatística dos Alunos na ESAEG 2017. Fonte: produção dos autores.

As figuras abaixo, fazem uma súmula da desistência das meninas nas distintas escolas, a análise indica uma tendência de crescimento deste fenômeno em todos os últimos 5 anos de 2013 à 2017, tal como pode ser observado nas figuras de barra e a tendência da função linear.

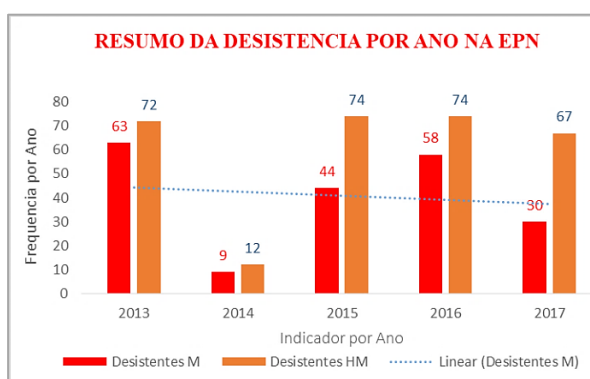


Figura 14: Resumo das Estatísticas na EPN 2013 - 2017. Fonte: produção dos autores

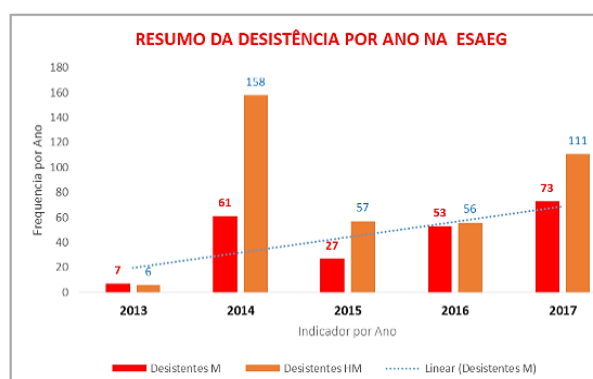


Figura 15: Resumo das Estatísticas na ESAEG 2013 - 2017. Fonte: produção dos autores

Considerações finais

A entrada tardia das meninas nas escolas está intimamente relacionada com a sua fraca permanência e consequente conclusão do nível primário. Ao engravidarem precocemente inibe os esforços dos pais em apostarem nelas seriamente na sua formação.

O desconhecimento dos benefícios da formação das meninas, a escassez de condições econômicas, a fidelidade relacionada com os valores culturais na interpretação das meninas e, por vezes, a falta de referências ao nível local motivam a desistência escolar das meninas e enfraquecem a aposta dos pais na sua formação, resultando em desistências massivas.

Referências

DOLORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003. Capítulo 4: Os 4 pilares da Educação, de Jacques Delors. Disponível em <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Sandra/Os-quatro-pilares-da-educacao.pdf>>, acessado em 18 de junho de 2018.

Percepção das comunidades locais sobre a educação formal de meninas e a desistência escolar nos povoados de Ntoto e Colongo na província de Niassa em Moçambique

Damasco Rocha Mateus Chalenga; Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse

Instituto Nacional de Estatística. **Relatório Final do Inquérito sobre Indicadores Múltiplos**, 2008. Progressos e desafios na sobrevivência e desenvolvimento da criança, educação, igualdade do género, protecção da criança e SIDA, Instituto Nacional de Estatística, 2008. Disponível em <https://mics-surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS3/Eastern%20and%20Southern%20Africa/Mozambique/2008/Final/Mozambique%202008%20MICS_Portuguese.pdf>, acessado 23 de junho de 2019;

MINED, Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, despacho 15/2017, disponível em <http://www.mept.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=92&Itemid=48>, acessado em 18 de Junho de 2018.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República. Sistema Nacional de Educação. I SÉRIE - NÚMERO 19, Maputo, 1992.
ONU, Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. Disponível em <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf>; acessado em 18 de junho de 2018.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Estratégia de Género do Sector de Educação e Desenvolvimento Humano para o Período 2016 - 2020**. Maputo, 2016, pp. 11-15.

ONU. Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2010. 2010, p.18.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique - 2016-2019**, aprovada na 42ª SOCM a 01 Dez 2015. Maputo, 2015, pp 13-20.

SHAUM, Murray R. Spiegel. **Estatística**, 3ª Edição, Pearson Editora, São Paulo, 2019;

MOÇAMBIQUE. Lei n. 4/83, de 23 de Março: aprova o Sistema Nacional de Educação e a respectiva estratégia de implementação. In: Boletim da República, Maputo, I série, n. 12, p.24 (13-21). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1983.

UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA. **Introdução a Estatística**, S/E, Anilda Hibrahim Khan Editorar, Maputo, S/A.